PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU PROGRAMA PARA AS ELEIÇÕES 2018

UM CHAMADO À REBELIÃO POR UM PROJETO SOCIALISTA! FORA TEMER! FORA JATENE! FORA TODOS ELES!

UM PROJETO SOCIALISTA NEM PT, PSDB/DEM, NEM MDB, PV, PP E PSOL! VOTE 16 - CLEBER RABELO - GOVERNADOR E SEU ALEX - VICE

O PSTU se apresenta com o operário da construção civil, Cleber Rabelo que participa ativamente na luta em defesa da classe trabalhadora, dos oprimidos e explorados, dos camponeses, indígenas e quilombolas representando, neste contexto eleitoral, um projeto socialista e classista para Estado do Pará. Seu Alex Junior também operário da construção civil, negro e transexual, candidato a vice-governador, representa a luta contra a LGBTFOBIA, e em defesa dos negros e quilombolas contra o racismo, o preconceito e a discriminação, a luta contra as opressões, a luta por uma sociedade socialista. VOTE 16 PSTU: GOVERNADOR CLEBER RABELO E VICEGOVERNADOR SEU ALEX JUNIOR.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU foi fundado em 1994, após um processo de construção de uma alternativa política aos partidos de esquerda existentes participando de inúmeras manifestações, passeatas e greves, entre outros fatos políticos. Em todos os momentos, sempre defendemos implacavelmente os interesses da classe trabalhadora, dos estudantes e dos setores oprimidos da sociedade. E nessas eleições não será diferente.

O Programa de Governo Estadual do PSTU para as eleições 2018 é apenas um esboço, pois o verdadeiro Programa de Governo deve ser debatido junto com a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Para isso será necessário abrir um amplo fórum de debates com as associações de bairros, com os camponeses, sindicatos, organizações estudantis, indígenas, quilombolas que poderão funcionar como comissões populares com poderes consultivo e deliberativo sobre a administração do estado para decidir a aplicação de 100% do orçamento.

O PARÁ REFLETE A SITUAÇÃO DO BRASIL E DO MUNDO

Desemprego, precarização do trabalho, arrocho salarial, violência sem limites; chacinas protagonizadas por milícias, PMs e traficantes; acidentes ambientais causados pelas mineradoras, que destroem a natureza e a vida dos ribeirinhos; aumento da exploração e opressões contra as mulheres, negros e LGBT's. A vida no Pará é o reflexo do que vemos no país inteiro.

A crise capitalista mundial leva a burguesia brasileira, através de seus representantes no parlamento, a travar uma guerra social cada vez mais cruel contra a classe trabalhadora e o povo pobre com o objetivo de jogar sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise capitalista e seu sistema de exploração.

Essa situação ficou ainda mais difícil após a aprovação da Reforma Trabalhista, um ataque histórico de retirada de direitos e precarização do trabalho. E pode piorar se no próximo governo for aprovada a Reforma da Previdência que o corrupto Temer não conseguiu emplacar.

Enquanto a vida dos de baixo só piora, os de cima aumentam a exploração e se preparam mais uma vez para as falsas promessas e a ilusão no processo eleitoral. Mas as eleições não vão mudar a vida dos paraenses, muito menos a dos brasileiros como um todo. O PSTU participa das eleições burguesas controladas pelos ricos e poderosos, mas entende que devem ser usadas para aumentar a organização da nossa classe, preparar nossa luta e fazer avançar entre os trabalhadores a consciência e a compreensão para se rebelar e fazer uma Revolução Socialista.

Devemos unificar as lutas e a ação direta, preparar uma nova e poderosa Greve Geral. Nos prepararmos para enfrentarmos qualquer governo que venha e impedir novos ataques.

Queremos usar nossa participação nas eleições para dizer aos trabalhadores que só organizando os de baixo e derrubando os de cima podemos mudar nossa vida para melhor. Construindo um governo realmente nosso, com um programa que reflita nossas necessidades mais básicas, como saúde, educação, moradia e emprego. Defendemos acabar de uma vez por todas com a exploração e a opressão que causam nossa pobreza e miséria através da rebelião, de uma revolução socialista.

Queremos o Pará nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre

A campanha do PSTU se propõe a ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros Populares da periferia, dos assentamentos rurais, das ocupações, dos quilombolas, dos ribeirinhos, em todo o Pará.

Vamos juntos construir um quilombo socialista contra a exploração, o desemprego, o racismo, a LGBTfobia, o machismo e a xenofobia.

Para garantirmos uma vida digna, emprego, salário, educação e saúde públicas e gratuitas, moradia, saneamento básico para todos, e transporte público de qualidade é preciso botar pra Fora Temer, Jatene e Todos Eles que governam para os ricos e corruptos e construirmos um Governo dos trabalhadores. Os ricos é que devem pagar pela crise.

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, as mineradoras, os latifundiários do agronegócio, dos supermercados são os donos do Pará, do Brasil e do poder.

Nós queremos o Pará e o Brasil nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre, por isso defendemos um governo socialista dos trabalhadores.

Nosso estado e o país devem ser controlados por conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação. Os governos estadual e federal devem se submeter aos Conselhos Populares. Todo político deve ter mandato revogável e nenhum político deve ganhar mais do que um operário (a) especializado ou um (a) professor (a).

Sempre tivemos como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem financia as campanhas determina o plano de governo dos candidatos. Por isso, o PSTU é o único partido que **não** está na lista das empreiteiras e da Lava Jato. Fazemos questão de sermos financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.

As eleições são uma disputa de cartas marcadas. São antidemocráticas. Nestas eleições teremos míseros 6 segundos de propaganda na TV. E estamos, mais do que nunca, sendo excluídos dos debates nas emissoras e nas mídias em geral. Enquanto os grandes partidos da burguesia têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários corruptos. Alckmin, candidato preferido da burguesia, terá 5 minutos e trinta e três segundos para falar mentiras à população.

Não vamos mudar o Pará ou o país com eleições e sim com a luta unificada dos trabalhadores. Mas eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece a luta da nossa classe como aquela travada por nossos antepassados cabanos.

Vamos lutar para colocar nosso imenso estado a serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, LGBTs e mulheres da classe trabalhadora em tudo que temos direito.

Além disso, uma gestão socialista também fará do Pará e da própria Amazônia um ponto de apoio na luta para mudar o país e o mundo, para acabar com a exploração e com o sistema capitalista, onde a produção não esteja a serviço do lucro de uma minoria de bilionários e da exploração e miséria de milhões, mas sim a serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador, a serviço da igualdade ente os que produzem a riqueza.

Estamos apresentando para Governador um candidato que é a cara desse programa. Cleber Rabelo é operário da construção civil de Belém e dedica sua vida à luta pelo fim da exploração, da opressão e da miséria capitalistas. Em seu mandato de vereador socialista em Belém, demonstrou estar ao lado dos trabalhadores e suas lutas, apresentando propostas contra os ricos e contra os privilégios dos políticos, como a redução do salário dos vereadores, do prefeito e vice, assim como dos secretários para ganharem igual ao valor dos salários de operários especializados e professores. E denunciando o parlamento, seja câmara

de vereadores, assembléia de deputados ou o congresso nacional, como aparato dos poderosos, o qual não deve ter nenhuma confiança dos operários e do povo pobre.

Apoiou as lutas em várias partes do Pará e no Brasil, como a greve dos operários da Usina de Belo Monte no Pará, dos professores, trabalhadores da saúde, trabalhadores da Semob, dos assentamentos rurais e ocupações urbanas, os operários e operárias da construção civil, na defesa da classificação das operárias da construção civil, contra os assassinatos das lideranças no campo por lutarem por reforma agrária, etc...

Cada voto em Cleber Rabelo do PSTU, nº 16, para governador de nosso estado vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

#Fora Temer! Fora Jatene! Fora Todos Eles!

O Brasil precisa de uma Revolução Socialista!

16 PROPOSTAS PARA MUDAR TUDO QUE ESTÁ AÍ

1. FORA TEMER. FORA TODOS ELES!

A situação de calamidade pública em que se encontram nosso estado e nosso país é responsabilidade de décadas, dos governos do MDB, PT e PSDB, que favorecem a especulação imobiliária, banqueiros, multinacionais, empreiteiras e políticos corruptos.

Temer segue aplicando as mesmas medidas iniciadas por Dilma. O impeachment apenas "trocou 6 por meia dúzia". Eles ficam brigando lá em Brasília para saber quem rouba mais. Entretanto esses senhores têm um grande acordo: atacar os trabalhadores para garantir os lucros dos banqueiros e grandes empresários perante a crise econômica que eles mesmos criaram.

Os trabalhadores e a juventude não devem aceitar pagar pela crise com desemprego, arrocho nos salários, carestia, retirada de direitos, corte de verbas na saúde, educação e gastos sociais. Chega de enriquecer banqueiros e multinacionais! Chega dos corruptos remeterem bilhões para os países ricos, seus bancos e suas empresas.

Temer, esse Congresso Nacional, o governador do estado, prefeito, deputados e vereadores defendem os ricos. Fora Todos Eles!

Não é possível mudar pra valer o estado sem mudar o país. E não é possível mudar de vez o país sem mudar o sistema.

Para mudar tudo o que está aí é preciso um governo socialista dos trabalhadores, formado por Conselhos Populares, ou seja, um governo realmente dos de baixo, que execute o que for decidido em comitês populares formado nos bairros, escolas e fábricas. Só conquistaremos isso com nossa mobilização permanente.

Toda mudança que conquistemos deve fortalecer a luta para mudar também o Brasil.

2. POR UMA VERDADEIRA INDEPENDENCIA A luta do povo é única garantia para impedir que o Pará seja usado pelos empresários e poderosos como uma colônia, que as suas riquezas e os seus produtos não sejam entregues ao capital estrangeiro a preço de banana. Enquanto o Pará se especializa cada vez mais como exportador de matéria-prima e de alimentos para o mercado internacional, o povo passa fome. Este modo de governar favorece as grandes empresas estrangeiras, o latifúndio e o agronegócio, destruindo o ser humano e a natureza.

A verdadeira independência começa pelo não pagamento das dívidas externa e interna. Este processo garantirá a transferência para o desenvolvimento social e ambiental do Estado dos recursos hoje ilegalmente pagos aos parasitas do mercado financeiro. PARA ABOLIR COM A ESCRAVIDÃO MODERNA E GARANTIR SALÁRIO, EMPREGO E TERRA Defendemos uma política de enfrentamento à superexploração do trabalho.

Adotaremos um plano de pleno emprego, uma Carreira Única aos servidores públicos estaduais, que permita a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução do salário, para contrapor aos escândalos financeiros de corrupção que se alastram neste país. Desenvolveremos um plano de obras públicas voltados para a melhoria da saúde, da escola, de moradias, de saneamento, eletrificação rural etc., capaz de resolver as principais deficiências de atendimento ao povo e que ao mesmo tempo empregue quem

está desempregado, Os recursos, para tanto, devem vir além dos que forem economizados do não pagamento das dívidas, pela taxação progressiva das grandes propriedades e grandes fortunas. Revisaremos as concessões públicas rumo às estatizações e às reestatizações como a CELPA, que deve voltar ao controle do Estado administrada pelos trabalhadores com redução imediata das tarifasde energia elétrica para os pobres e desempregados e o fim imediato da aplicação da bandeira vermelha.

3. UNIFICAR AS LUTAS E CONSTRUIR A GREVE GERAL

Precisamos unificar as lutas e parar o Brasil para barrar os planos de "ajustes" que os governos das três esferas estão aplicando.

Eles querem acabar com a aposentadoria, com os direitos trabalhistas, aumentar o desemprego e a exploração e rebaixar ainda mais os salários. Querem privatizar e destruir de vez a educação, a saúde e os serviços públicos para enriquecer os donos do ensino privado, das clínicas e hospitais dos ricos, dos bancos, das grandes empresas.

Precisamos de uma Greve Geral para botar pra fora Temer e Todos Eles!

UMA SAÍDA OPERÁRIA E SOCIALISTA PARA A CRISE

4. COMBATE AO DESEMPREGO NO PARÁ

- Os números de desempregados no país e no Pará são alarmantes, mas é possível mudar este quadro com as seguintes medidas:
- Redução da jornada para 36 horas sem redução dos salários;
- Seguro desemprego de dois anos, pelo menos, enquanto perdurar a crise;
- Proibição da demissão imotivada e expropriação sem indenização das fábricas e empresas que receberam isenções fiscais e demitirem;
- Garantia por lei de estabilidade no emprego.

Além da Criação de empregos através de um plano de obras públicas necessárias, como saneamento básico, postos de saúde, escolas a serem construídas por uma empresa Estatal de obras 100% pública, controlada pelos trabalhadores; e

- Isenção de pagamento de luz, água, IPTU e passe-livre em todo transporte público, para os desempregados;

5. AUMENTO DOS SALÁRIOS E CONGELAMENTO DOS PREÇOS

- A carestia, a inflação e o arrocho salarial, além de causar fome em milhões de famílias trabalhadoras, significa um tremendo aumento da exploração e da transferência de dinheiro para a patronal, para os ricos. É preciso congelar o preço das tarifas públicas estaduais e isentar das mesmas os desempregados;

6. EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICAS, GRATUITAS E DE QUALIDADE

- Primeiro é preciso garantir verbas públicas apenas para a saúde e a educação públicas e nenhum centavo para os milionários donos das escolas, clínicas e hospitais privados;
- Segundo é preciso garantir vagas para todas as crianças em creches e escolas públicas, de qualidade!
- Para isso é preciso acabar com o processo de privatização continuada da educação e da saúde. Acabar com toda gestão privada de escolas, creches, postos de saúde e hospitais, através das OS's (supostas "Organizações Sociais") ou de Fundações Privadas.
- É preciso também garantir democracia nas escolas para que professores e a comunidade escolar possam debater e decidir no estado o projeto pedagógico, a gestão pública das mesmas e eleger diretamente sua direção.
- Combatendo assim projetos retrógrados e autoritários como o "Escola sem Partido", evitando a evasão escolar, aumentando a qualidade do ensino público.
- É preciso ter uma saúde preventiva, e com garantia de atendimento a todos os pacientes em todas as especialidades clínicas.

7. ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO TRANSPORTE E TARIFA ZERO

- O principal problema que fez explodir os protestos de junho de 2013 foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete

a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso ocorre por ser privatizado um serviço essencial para as camadas médias e pobres da população, beneficiando os lucros das grandes empresas. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo à tarifa zero.

8. NENHUMA FAMÍLIA SEM-TETO E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS

- -Todo trabalhador e trabalhadora, todos os jovens e todas as crianças devem ter assegurado o seu direito à moradia. Acontece que é muito difícil garantir esse direito já que os grandes burgueses usam a terra como "Propriedade Privada" para ganhar dinheiro, para especular e não para garantir as necessidades sociais. Isso é um roubo porque torna "dono" de uma terra alguém que muitas vezes nem sabe que ela existe e não exerce nela nenhuma atividade. A área, terreno ou edificação não servem a sociedade em nada. Enquanto isso milhões não têm um teto para morar.
- Para resolver o déficit habitacional, o movimento Luta Popular, filiado à CSP-Conlutas, faz algumas propostas que consideramos corretas e defendemos, tais como:
- *Dar a função de moradias populares a prédios, casarões e edificações que se encontram inutilizados por um período maior que 2 anos. As prefeituras possuem um cadastro de acompanhamento destes imóveis e alguns deles foram alvos de ocupações muitas vezes, o que também comprova o tempo em que estão sem utilidade (a prefeitura de São Paulo, por exemplo, realizou um processo de levantamento e notificação destes imóveis em 2014, mas não fará nada com isso porque não quer bater de frente com seus financiadores de campanha, denuncia o movimento). Estes imóveis devem ser tomados pelas administrações municipais e reformados para servirem como moradias ou espaços públicos, de cultura, educação e lazer. Estes imóveis devem ser de propriedade pública, dos municípios ou estados, e serem destinados ao aluguel social, por um preço justo, nunca superior a 1/5 da renda dos que necessitam;
- * Suspender imediatamente todos os despejos de áreas públicas estaduais ou municipais ocupadas por famílias de baixa renda com finalidade de moradia.
- * Uma empresa estatal de obras pode garantir a construção das moradias populares que faltarem, a baixo custo, garantindo emprego, qualidade e atacando a especulação imobiliária; além de garantir a universalização do saneamento básico, cujo déficit no Brasil, um país tão rico, é inexplicável, uma vergonha, um verdadeiro escândalo, fonte de doenças, de mortalidade infantil e de enorme desigualdade.

9. SEGURANÇA PÚBLICA: UNIFICAÇÃO DA PM COM A POLICIA CIVIL, CRIANDO A POLÍCIA CIVIL UNIFICADA ELEITA E CONTROLADA PELA COMUNIDADE

- O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrenta essas mobilizações com criminalização e repressão. Em todo o país, milhares de ativistas foram detidos e centenas estão sendo indiciados. Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!
- Mas sempre que os de cima falam em Segurança Pública a gente sabe que significa mais polícia para reprimir e oprimir os pobres, negros, negras, LGBT´s, jovens e moradores das periferias, bairros e favelas. Isso acontece porque para os governos dos patrões "segurança pública" é, na verdade, a repressão aos trabalhadores, à juventude pobre e negra da periferia, às nossas lutas, para controlar nossas vidas e nossa revolta.
- Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas.
- -É preciso acabar com militarização da PM, formada para reprimir as lutas da classe trabalhadora, como as greves, ocupações urbanas ou do campo e os protestos das comunidades nos bairros periféricos, seja por falta de agua, de iluminação ou alagamentos, por isso defendemos a criação de uma Polícia Civil unificada, que seja radicalmente democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros com mandatos revogáveis.
- -Para nós o tema das drogas deve ser tratado como uma questão de saúde pública, e não de forma pura e simples criminal, por isso defendemos a legalização das drogas e o controle

da sua distribuição, acompanhamento e tratamento médico e psicológico pelo Estado, com campanhas de saúde pública para acabar com o poder do narcotráfico.

10. COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTFOBIA, A XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a lgbtfobia, além de dividir a classe são instrumentalizados para aumentar ainda mais os lucros do capital, além de significar para esses setores uma brutal violência diária por parte da polícia.

Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela criminalização da LGBTfobia.

Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas. Pelo direito ao reconhecimento jurídico com visto definitivo aos imigrantes e fim do preconceito contra haitianos, venezuelanos, cubanos e demais estrangeiros.

OS RICOS É QUE DEVEM PAGAR PELA CRISE

11. – TROCAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) POR UMA LEI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal" foi instituída em todo lugar a partir do governo FHC, como exigência dos EUA e do Banco Mundial.

É uma lei que impõe como prioridade do país, estados e municípios colocarem toda sua arrecadação à serviço do pagamento da dívida aos banqueiros. Como pagamos os maiores juros do mundo, juros de agiota, já pagamos várias vezes esta dívida que, no entanto, nunca diminui, só cresce. É transferido para os banqueiros a maior parte do dinheiro que deveria ir para a educação, a saúde, o saneamento básico, a preservação do meio ambiente, o lazer, a cultura.

Nós defendemos acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal e criar uma Lei de Responsabilidade Social. A prioridade de um governo não pode ser um punhado de banqueiros bilionários, e sim os trabalhadores e a maioria do povo pobre.

12. NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA AOS BANQUEIROS

A dívida que os estados e municípios pagam à União para ser remetida aos banqueiros já foi paga várias vezes e penaliza o povo pobre e a classe trabalhadora. Além disso, a maioria dela é composta de juros sobre juros ou gastos pouco claros. É um verdadeiro roubo legalizado.

Aliás, os pequenos proprietários ou as dívidas que têm o estado e os municípios com pequenos prestadores de serviços, em geral demoram a ser recebidas ou não são pagas, mas os banqueiros são pagos em dia e até antecipadamente.

Defendemos a suspensão imediata do pagamento da dívida aos banqueiros uma auditoria que, inclusive, possa apontar desvios e corrupção e fazer ressarcir e colocar na cadeia quem os praticou.

13. NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES. PETROBRÁS 100% ESTATAL. FIM DA CORRUPÇÃO

- Anulação de todas as privatizações realizadas durante os governos neoliberais. Marca desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro foi FHC, que entregou empresas até então verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida por R\$ 3, 3 bilhões em 1997, ou seja, um valor bem menor do que os lucros anuais obtidos pela mineradora. Lula e Dilma seguiram privatizando. Temer, governadores e prefeitos também continuam entregando o patrimônio público a preço de banana para multinacionais, bancos internacionais e corruptos. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população.
- O governo Dilma iniciou a privatização do Pré-Sal, entregando o mega campo de Libra a preço de banana às multinacionais do petróleo. Temer continua e aprofunda esse processo. A desnacionalização do petróleo brasileiro se dá juntamente com o processo de privatização

da Petrobras. Além disso, a Eletrobrás está sendo fatiada aos empresários internacionais e a Embraer poderá ser engolida pela gigante Boeing.

- O PSTU defende a anulação do leilão do Pré-Sal e de todos os campos entregues às multinacionais e por uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores.
- A corrupção está no DNA do capitalismo. Ela nasce antes mesmo das eleições, quando as grandes empresas, bancos e empreiteiras pagam milhões para as campanhas de seus candidatos. Uma vez eleitos, eles beneficiam essas mesmas empresas. Mas mesmo sem financiamento de campanha, a corrupção corre solta nesse sistema. Os contratos do Estado com empresas privadas, as decisões de aumento de juros e alterações no valor do dinheiro (câmbio) ou a privatização das nossas estatais servem sempre para enriquecer empresários, banqueiros e políticos corruptos.

Defendemos a prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e também de seus corruptores, ou seja, das empresas que se beneficiaram desses crimes. As empreiteiras devem ser todas estatizadas, sem indenização, e colocadas sob o controle dos trabalhadores.

Por outro lado, as estatais devem ser controladas também pelos trabalhadores. Isso evitaria chefes indicados por "políticos" em conluio com empresas que querem ter lucros em contratos milionários com as estatais.

Por isso reafirmamos a reestatização da CELPA, e o cancelamento das negociações para privatização da COSANPA.

O PARÁ NAS MAOS DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE

14. CONSELHOS POPULARES

Acreditamos que o poder deve pertencer efetivamente aos trabalhadores e ao povo pobre da periferia, que são a grande maioria da população. São os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política todo dia, não apenas serem chamados a eleger, em um jogo de cartas marcadas, políticos que depois fazem o que bem entendem por quatro anos e sem nenhum controle.

Neste sentido, é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instâncias de deliberação política comitês ou conselhos populares eleitos nas comunidades, nos bairros, locais de trabalho e estudo que funcionem em base a critérios discutidos e regras comumente definidas, que possam debater e definir sobre tudo.

A experiência dos Orçamentos Participativos em algumas cidades mostrou duas coisas: a) é possível os trabalhadores e o povo pobre governarem no dia a dia se tiverem o poder de fazê-lo; b) mostrou-se ao mesmo tempo uma experiência completamente limitada, porque nunca lhe foi dado verdadeiramente o poder de decidir pra valer (pois ele só podia definir o que fazer com 10% do orçamento disponível. Sobre 90% decidiam os vereadores e prefeitos, e sobre um orçamento já previamente engessado pelos banqueiros pela LRF. Dessa maneira, o poder público colocava bairro a se enfrentar com bairro, pobres contra pobres enquanto o investimento nos lugares ricos sempre esteve garantido.

Nós queremos que os Conselhos Populares tenham mais poder do que a Câmara de Vereadores, seus conselheiros sejam eleitos em assembléias populares nos bairros e possam ser revogados a qualquer momento, em qualquer assembleia mensal. Devem existir debates públicos, Encontros e Congressos com delegados eleitos nos bairros das cidades e regiões de todo o estado que, com as propostas previamente debatidas, definam o que fazer. Esses delegados serão obrigados a prestar contas regularmente nas assembléias. Os conselhos populares devem controlar e decidir sobre 100% do orçamento dos municípios de todo o estado.

Da mesma maneira, é o povo que deve decidir se prefeitos e governadores devem seguir pagando aos banqueiros uma dívida que consome a maior parte do que se arrecada e que quanto mais se paga mais se deve, ou se deve pagar ao povo a enorme dívida nunca paga em saneamento básico, moradia, educação, saúde ou transporte.

15. UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

Um governo socialista dos trabalhadores formado por conselhos populares, terá que governar apoiado na mobilização e organização dos trabalhadores, da juventude, do povo pobre para aplicar um plano econômico dos trabalhadores.

Esse governo, governará para os pobres. Pois os governos anteriores têm governado apenas para favorecer os ricos e sempre enganam os pobres. Por isso os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Um governo socialista dos trabalhadores vai contrariar o interesse dos ricos e dos exploradores para beneficiar os pobres, os explorados e os oprimidos.

16. Vamos juntos, na luta, construir uma sociedade socialista, e para garantir tudo isso precisamos fazer uma grande REBELIÃO, UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.